

O dilema da Social-Democracia (4)

A análise de Robert Michels sobre a burocratização do Partido*

Antonio Ozaí da Silva**

Nos anos 1907-1910, enquanto Lenin ainda reverenciava a social-democracia alemã e Kautsky como o maior teórico marxista vivo; enquanto Rosa ainda nutria esperanças que a radicalização das massas pudesse levar a direção do partido de volta ao caminho da revolução; Robert Michels desenvolvia, a partir do estudo do *Partido Social-Democrata Alemão*, uma análise crítica, pioneira e incisiva, sobre a relação entre a democracia e a organização partidária.¹

Em seus primórdios, as organizações operárias eram constituídas por grupos muito pequenos que não necessitavam de um aparelho complexo de funcionários permanentes. Nestes primeiros passos, vigorava uma democracia primitiva: não havia a divisão do trabalho; a distância entre dirigentes e dirigidos era mínima; e, os dirigentes operários saídos espontaneamente das lutas exerciam essa função nas horas “livres”, sem se

desligarem do trabalho manual. Mas, o seu crescimento e o aparecimento das organizações de massa impuseram a complexidade das tarefas, a exigência da

especialização e, consequentemente, a necessidade de um aparelho e de funcionários permanentes. Esta é raiz mais profunda do fenômeno burocrático.

Segundo Michels, a especialização técnica tornou necessário a “direção dos negócios”. Disso resulta que o poder de decisão foi, pouco a pouco, subtraído das massas e concentrado nas mãos dos dirigentes. Estes, que no início tinham a função de

órgãos executivos da vontade coletiva, “não tardam a se tornar independentes das massas” (Michels, s.d., p. 15).²

Essa separação foi facilitada pelos efeitos da divisão do trabalho na sociedade capitalista, os quais interferiram nas condições de organização do movimento operário. Ao proletário foi reservado o destino de dias de trabalho intenso e fatigante no interior da fábrica. O operário de base de um partido não dispõe de tempo nem de meios para realizar sua educação política, para ampliar seus conhecimentos



¹ Michels publicou a obra *Sociologia dos Partidos Políticos* em 1911. Seu trabalho tem uma forte influência weberiana e representa uma referência fundamental para as pesquisas posteriores. Sarti (1996), faz uma análise sucinta desta literatura. Para uma contextualização e análise crítica da obra weberiana é fundamental a leitura de *Burocracia e Ideologia* (TRAGTENBERG, 1980).

² As citações são da edição da Editora Senzala (São Paulo, s/d). Há também uma edição da UnB (1982), citada na bibliografia.

teóricos e científicos. Restrito ao mundo da fábrica, ele não tem liberdade nem condições econômicas de deslocamento. Assim, entre a base do partido e sua direção existe um abismo, uma desigualdade tamanha, determinados pelas condições objetivas.

Por outro lado, o crescimento do partido atraiu novas camadas sociais que provocaram transformações na organização e a levaram ao aburguesamento. Para Michels, esse processo foi resultante de três fatores: a adesão de pequenos burgueses aos partidos proletários; a organização operária como fator que propicia a formação de novas camadas pequeno-burguesas; e, a defesa contra as perseguições patronais.

No primeiro caso, por razões quase sempre eleitorais, o partido operário procurou o apoio da pequena-burguesia. Essa aproximação gerou consequências que acabaram por transformá-lo em partido do “povo” (id., p. 157).

Em segundo lugar, Michels observou que as necessidades desencadeadas pela luta de classes acabaram por arrancar alguns indivíduos “numericamente insignificantes, mas de importância qualitativa muito grande”, das “profundezas da classe proletária” e os elevou “à dignidade burguesa” (id., pp. 158-59).

Eis-nos novamente diante dos efeitos da divisão social do trabalho. Ao operário só é possível romper a disparidade em relação aos dirigentes se ele dispor de tempo e meios que lhe permita apropriar-se do conhecimento e do poder de direção. Isto significa o abandono do trabalho manual, o afastamento da fábrica. O operário vai então trabalhar no partido ou sindicato, somando-se a uma elite operária que, num processo de “seleção natural”, termina exercendo “funções diametralmente opostas às suas funções ou ocupações habituais” (id., p. 160).

Para o operário, estas mudanças implicam em vantagens visíveis e consideráveis. Livre da prisão fabril, ele pode desenvolver suas potencialidades intelectuais; pode usufruir de meios que, até então, estavam em poder da militância socialmente vinculada aos extratos da pequena-burguesia e da burguesia. Mas, ao adentrar neste novo ambiente e com condições de vida modificadas, o operário, pouco a pouco, afasta-se de sua origem de classe para elevar-se à condição de pequeno-burguês. Apesar do seu contato permanente com as massas, ele está sujeito a uma profunda transformação psicológica. O caminho de volta torna-se difícil e mesmo impraticável. Isto é ainda mais acentuado naquele operário que, devido à sua atividade burocrática, perde o contato com as massas e reduz o seu mundo ao da máquina partidária. Em qualquer caso, o determinante é a nova condição social em que este se encontra.

Michels fez uma analogia entre a importância que o movimento operário teve para a classe trabalhadora e o significado que a Igreja Católica teve para setores da pequena-burguesia e da população rural: ambos tornaram-se mecanismos de ascensão social. Quanto mais se ampliou e maior a complexidade da máquina burocrática, maiores as chances de muitos elevarem-se acima de sua condição social anterior. O Partido Socialista teria a “tarefa involuntária de afastar do proletariado alguns dos seus elementos mais capazes e mais conscientes” (id., pp. 163-64).

Por outro lado, ele reconheceu que muitos operários, embora tenham alcançado uma situação econômica e social melhor, permaneceram profundamente ligados à causa socialista. “Mas nesse caso, o operário é, à semelhança do burguês, um “ideológico”, já que sua mentalidade não está em relação com o lugar que ocupa na sociedade”, afirmou (id., p. 165).

Perseguidos pelos patrões e governo e lançados ao desemprego, muitos operários vêem-se impelidos a montarem um negócio como meio de sobrevivência e resistência à ação repressiva patronal. Com o tempo, munidos deste pequeno negócio, onde vendem mercadorias ou um serviço qualquer e sustentados por uma clientela oriunda do próprio movimento, estes operários independentes transformam-se em pequenos comerciantes e elevam-se à condição de pequeno-burgueses, de participantes da classe média.

Ao mesmo tempo, estes ex-proletários, em nome de um direito moral superior, esperam que seus camaradas continuem sustentando-os com suas compras e resistem à qualquer modificação que o partido procure impor nestas relações mercantis – mesmo quando estes negócios são prejudiciais aos próprios trabalhadores (ex: os velhos albergues insalubres).

Nos partidos modernos, o processo de burocratização também resulta da força que os parlamentares têm em relação ao conjunto do partido. Michels demonstra que, na social-democracia alemã, o grupo parlamentar teve uma influência decisiva. Desde 1890, no Congresso de Berlim, essa fração obteve o direito nato de voto nos congressos do partido, com a ressalva de, nas questões relativas ao Reichstag, terem apenas direito de voz consultiva.

Em 1905, quando da redação do novo estatuto, o Congresso de Iena reafirmou esta posição, apesar das resistências. De resto, à medida que cresceu eleitoralmente aumentou sua influência. Seu poder era ainda maior se considerarmos que os parlamentares desempenhavam as funções mais importantes no aparelho do partido, notadamente as de dirigentes máximos.

Os parlamentares tornavam-se, de certa forma, intocáveis e irremovíveis. Sua posição privilegiada e o renome que atingiram junto aos partidários e adversários, devido às qualidades de

oradores ou de especialistas em determinadas questões, deixou-os imunes à crítica. A massa do partido e, principalmente, os eleitores, quando resistiam às críticas contra seus líderes, acabaram por revesti-los de uma autoridade ainda maior. Isto foi ainda mais intenso em partidos como o SPD, onde imperava a estratégia parlamentar.

O trabalho parlamentar realizado no início contra a vontade, depois com satisfação cada vez maior, provoca um distanciamento crescente dos eleitores. Esse fenômeno potencializa-se ainda mais diante da crescente acomodação do eleitorado e da sua recusa em participar da política.

Por outro lado, o crescimento eleitoral do partido em lugar de intensificar sua energia revolucionária, na proporção em que amplia suas forças e a solidez da sua estrutura, torna-o cada vez mais tímido e prudente em sua política:

“O partido, permanentemente ameaçado pelo Estado do qual depende sua existência, aplica-se conscientemente em evitar tudo quanto possa irritar este último. A própria teoria, vale dizer, a ciência do partido, sofre por vezes atenuações e deformações, quando o interesse externo da organização o exige. A organização torna-se o único nervo vital do partido” (id., p. 227).

Eis o caminho para a adaptação à ordem vigente. O objetivo inicialmente perseguido é substituído pela disputa hegemônica do Estado, a partir da influência das idéias e das conquistas reformistas. Esta transformação implica a adoção de métodos diferenciados: a competição eleitoral substitui a mobilização das massas, o movimento institucionaliza-se.

Há uma relação direta entre o reformismo e a existência de um aparelho com uma massa de funcionários que tem interesses próprios a defender. Ao englobar milhões

de pessoas, a organização é obrigada a aperfeiçoar seu aparelho burocrático, o qual torna-se cada vez mais amplo e poderoso e resiste a tudo que possa ameaçá-lo.

Economicamente, a vida de centenas e milhares de pessoas fica indissoluvelmente ligada à existência da organização partidária: o emprego, a sobrevivência dos militantes e das suas famílias passam a depender dela. Neste processo, a organização deixa de ser um *meio* e transforma-se no *fim*. Esse fenômeno influi decisivamente sobre o partido:

“Quanto mais necessita de tranquilidade mais se atrofiam suas garras revolucionárias e ele se transforma num partido ostensivamente conservador que continua (o efeito sobrevivendo à causa) a utilizar a terminologia revolucionária, mas na prática não desempenhará outro papel senão o de um partido de oposição constitucional” (id., p. 229)

Neste estágio, a organização partidária engendra uma camada social privilegiada, desproletarizada e pequeno-burguesa, que possui interesses particulares distintos e até mesmo opostos aos do proletariado. Essa camada precisa de tranquilidade, não lhe interessa a radicalização do movimento. Essa categoria de funcionários é extremamente receptiva às idéias revisionistas e às ações reformistas.

Ao transformar-se em *fim*, a organização prepara o caminho para a sua própria degeneração. O partido não mais se identifica com o conjunto dos seus membros e menos ainda com a classe que diz representar. Tornando-se um fim em si mesmo, ele se atribui interesses próprios que o separa da classe que originalmente representava.

A burocratização da social-democracia não é um fenômeno isolado. Pelo contrário, toda e qualquer organização tem essa tendência em potencial. No entanto, o

partido de massas moldado para a luta eleitoral foi o que, historicamente, mostrou-se mais propício à consolidação desta tendência.

Nesse aspecto, o equívoco de Michels é a generalização da análise. Além disso, ele peca pela unilateralidade e fatalismo. Para Michels, a organização já trás em si, por natureza, o destino inevitável da burocratização. Assim, a organização é colocada acima e independente das condições históricas objetivas e subjetivas. Em sua concepção, a organização explica por si mesma a vitória da burocracia.

Michels coloca a questão como um impasse irresoluto e não de forma dialética. Ora, a tendência ao burocratismo também inclui em seu cerne a tendência ao anti-burocratismo, isto é, os fatores que podem dificultar ou mesmo impedir a consolidação desse processo.

Se levamos sua análise ao extremo seremos obrigados a concluir pela aniquilação de todo aparelho e pela supressão dos funcionários permanentes. As exigências das modernas organizações operárias tornam impossível abrir mão disto. Tomar tais medidas seria condenar o movimento ao primitivismo. É necessário distinguir a tendência à burocratização desta em si. Se a vemos como inevitável, então não há porque construir as organizações operárias, os sindicatos, partidos, etc.

Do fatalismo de Michels decorre uma visão idealista da democracia. “A organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam”, escreveu (id., p. 247)

De novo, uma contradição dialética transforma-se num impasse absoluto. A democracia não se resume à participação direta em todos os momentos. Isto é ilusório (principalmente na realidade atual). A democracia também implica

momentos de delegação de poder, meios de controle dos representantes e a revogabilidade do mandato.

O objetivo de Michels era “demolir algumas fáceis e superficiais ilusões democráticas” e “revelar algumas tendências sociológicas que se opõem ao reinado da democracia e, em medida ainda maior, ao do socialismo”. No entanto, temos presente em sua obra o reconhecimento da possibilidade do combate à burocratização:

“Não foi nosso objetivo negar que todo movimento operário revolucionário, animado de sincero espírito democrático, pode contribuir para o enfraquecimento das tendências oligárquicas” (id., p. 251).

Em 1912, o reformismo já predominava. Neste ano, o SPD atingiu mais de um milhão de membros inscritos, seu eleitorado alcançou cerca de 34,8% e tinha 110 deputados no Reichstag. Sua estrutura organizativa tornara-se gigantesca e com forte centralização de poder na direção executiva nacional; o partido editava noventa jornais em todo o país, com uma tiragem em torno de 1,4 milhões, além de revistas e outras publicações; o capital controlado pelo aparato partidário girava em torno de 21,5 milhões de marcos.

Em seu estudo sobre o movimento social na Europa, Abendroth confirma a consolidação do processo de burocratização analisado por Michels. A social-democracia:

“Havia criado um quadro de parlamentares, de burocratas trabalhistas e de funcionários administrativos, que se assentavam nas organizações sindicais, nas cooperativas, nas secretarias do partido, nas redações dos órgãos de imprensa do partido, e como deputados nos parlamentos. Essa gente já não mais vivia para o movimento trabalhista, mas do movimento trabalhista. Como todos os burocratas,

se orgulhavam do que lhes cabia administrar e mais ainda de qualquer pequeno êxito que chegavam a ter, seguindo a trilha costumeira de uma rotina há longo tempo experimentada. A organização do movimento, porém, para eles se transformara numa alavanca a acionar para propósitos próprios; subrepticamente, em sua mente, haviam trocado de posição os fins e as metas. A esse grupo qualquer atividade de massas parecia crítica, pois poderia ir além do “contexto legal” e por em perigo a legalidade do movimento ou a rotina já comprovada”. (ABENDROTH, 1977, p. 61)

Os congressos partidários chegaram a ser qualificados de “congressos de funcionários”. No Congresso de Iena, em 1911, os operários não passavam de 10% dos delegados. Esse fenômeno foi também captado por Max Weber em 1908, o qual considerou o SPD como um “estado dentro do estado”.³

³ Diz Weber: “A social-democracia está hoje evidentemente a ponto de converter-se em uma poderosa máquina burocrática dando ocupação a um exército de empregados, a um estado dentro do estado. (...) A questão é quem tem de temer mais tudo isto a *longo prazo*, a social-democracia ou a sociedade burguesa. Eu, pessoalmente, penso que é a primeira (...), isto é: aqueles elementos que nela são portadores de ideologias revolucionárias. Já hoje todo mundo conhece a existência de certas oposições dentro da burocracia social-democrata. E quando possam desenvolver-se totalmente as oposições entre os interesses materiais de sustento dos políticos profissionais, por um lado, e a ideologia revolucionária, de outro (...). Só então correrá a virulência revolucionária verdadeiramente sérios perigos e será mostrado que por este caminho a longo prazo não será a social-democracia quem conquistará as cidades ou o estado mas, ao contrário, será o estado quem conquista o partido. (Muito bem!) E não vejo por que a sociedade burguesa como tal há de ver um perigo nisto”. Apesar de longa, esta citação nos fornece a idéia exata da realidade social-democrata naqueles anos e revelam a sua atualidade. (“*Atas da Assembléia Geral de 1907*”, Leipzig, 1908, p. 296, apud GUIMARÃES, 1990, p. 78-79).

Referências

ABENDROTH, Wolfgang. (1977) **A História Social do Movimento Trabalhista Europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Juarez R. **Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista**. (novembro-1990) Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP, mimeo.

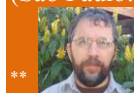
MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

SARTI, Ingrid. *A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 30, ano 11, fevereiro de 1996. São Paulo, ANPOCS, pp. 129-138.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1980.



* Publicado em **Partido de massas e Partido de quadros: a Social-Democracia e o PT**, p. 102-112 (São Paulo: CPV, 1996).



** **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor do Departamento de Ciências Sociais (UEM) e autor de *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)* (São Paulo: Proposta Editorial, 1987) e *Partido de massas e partido de quadros: a Social-Democracia e o PT* (São Paulo: CPV, 1996). Blog: <http://antoniozai.wordpress.com>; Email: aosilva@uem.br